



Valor Econômico – 08 Dez 2003

Setor adia projetos à espera do modelo

Energia Expansão de transmissão, distribuição e geração exige cerca de US\$ 5 bilhões ao ano

Calcanhar-de-aquiles do governo Fernando Henrique Cardoso, o setor de energia elétrica continua num frágil equilíbrio. À espera de um novo modelo e ainda sofrendo os efeitos do racionamento de 2001, os investidores seguram novos projetos.

Fabricantes de equipamentos contabilizam quedas de 50% em novas encomendas e devem fechar esse ano com seus piores resultados desde o início do Plano Real. Distribuidoras devem demorar ainda três anos para que seus balanços voltem ao azul, e geradoras reclamam das perdas com a liberação do mercado.

Não bastassem esses problemas, o fantasma do racionamento ainda não saiu do dia-a-dia do setor e a curva entre demanda e oferta continua desconfortável. Na semana passada, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou que vai despachar energia de térmicas no Nordeste, a fim de reduzir as perdas dos reservatórios na região, que estão a apenas 13%. Ainda não se sabe se as térmicas emergenciais - que funcionam como um seguro antiapagão - serão usadas, mas há duas certezas: o uso da energia térmica deve encarecer as contas de luz em 2004 e o oferta e demanda ainda se equilibram na corda bamba.

Nos cinco últimos anos, mais de 10 mil MW foram acrescentados ao sistema e mais de 3 mil quilômetros de linhas passaram a cortar o país. O Nordeste, que só podia importar 600 MW das outras regiões, agora conta com quase o triplo de energia.

O reservatório de Furnas, principal do Sudeste, está com seu nível acima de 50%. Isso dá uma certa folga ao país, mesmo que o crescimento do PIB seja superior a 3%. A cautela, no entanto, é passageira. "A partir de 2007 poderemos ter um cenário de desconforto", diz o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), José Augusto Marques.

A data parece distante, mas não é. Os projetos de geração levam em média três anos para ficarem prontos. Dados da entidade apontam que, dos 8 mil MW que podem entrar em operação, apenas 700 MW estão em obras.

"O setor está em compasso de espera", afirma o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales. Em conjunto com a Tendências Consultoria, a entidade acaba de divulgar estudo em que salta à vista uma previsão: a de que só a partir de 2006 as distribuidoras poderão voltar ao equilíbrio financeiro.

O dado é preocupante, porque desde o racionamento em 2001 as elétricas contabilizam perdas. Entre 2003 e 2005, o déficit no fluxo de caixa das distribuidoras deve chegar a R\$ 26 bilhões. Mas essas contas levam em conta crescimento de 5,1% na demanda nos próximos anos. Uma recessão econômica poderá atrasar a recuperação mais uma vez.

Para aliviar as contas das empresas, melhorar a estrutura tarifária seria uma opção. Dados da CBIEE apontam que cerca de 30% dos recursos das contas de luz vão para os cofres públicos, via impostos. Os Estados, pelo ICMS, abocanham a maior parte do percentual, mas mudar isso será difícil. A reforma tributária não prevê reduzir a carga, e os Estados não querem perder a receita.

Os investidores colocam entre os gargalos do setor as análises ambientais, que demoram mais que o previsto. De acordo com levantamento feito pela Abdib, neste ano só foram expedidas nove licenças de operação para projetos de energia, telecomunicações, petróleo/gás e transportes. No ano passado foram 53. O governo se prepara para fazer mudanças no modelo do segmento. O Estado voltará a ter as rédeas do setor, planejando e centralizando decisões. Ainda não se conhece a fundo a proposta, embora circulem entre os empresários três versões de minutas das novas regras.

O desenho do setor hoje é híbrido. Na geração, 80% das empresas continuam nas mãos do Estado, mas na distribuição mais de 70% das concessionárias estão com agentes privados, que também participam da comercialização de energia. A dúvida que fica é se o sistema de pool em que será comercializada a energia dará tratamento isonômico a geradoras estatais e privadas. Outra incógnita é saber se haverá espaço fora do pool para o mercado livre e para as comercializadoras negociarem contratos.

Levará tempo para o setor digerir as mudanças do novo modelo e o novo rumo que o segmento tomará com elas. Um experiente empresário do setor destaca que, diante desse cenário, os novos investimentos em geração poderão se tornar realidade só a partir de 2005. Seriam necessários cerca de US\$ 5 bilhões anuais para expandir transmissão, geração e distribuição. "As necessidades do setor são muito grandes, por isso



agentes privados são fundamentais", diz Ernesto Guedes, da Tendências. Portanto, o novo modelo tem de agradar aos investidores.